

ESTRANGEIROS EM SEU PRÓPRIO PAÍS*

*Suely Aires Pontes***

RESUMO

Neste artigo, proponho discutir a relação entre determinados sintomas escolares e a organização discursiva atual, a qual coloca o consumo de mercadorias como fator determinante para a realização subjetiva. Mais especificamente, detive-me sobre o fracasso escolar e a delinquência, queixas recorrentes nas escolas que trabalham com população de baixa renda. Para tanto, utilizei o referencial da psicanálise de orientação lacaniana.

Palavras-chave: psicanálise; educação; fracasso escolar; delinquência; subjetividade.

“Não há subjetividade que se organize fora do laço social” (MELMAN, 1992a, p. 42). Tomarei como ponto de partida esta afirmação para discutir a relação entre determinados sintomas escolares e o discurso social atual. Minha hipótese é a de que tanto um certo fracasso de aprendizagem quanto algumas das práticas de delinquência presentes no ambiente escolar são respostas particulares a um discurso de consumo, o qual, por supor que o valor pessoal está diretamente ligado à posse de objetos, exclui as crianças pobres da possibilidade de representação subjetiva. A discussão em torno das relações entre subjetividade e discurso será feita mediante a apresentação de duas experiências em escolas com alunos de baixa renda.

No ano de 1992, fui convidada para trabalhar em uma escola comunitária de orientação católica que atua no subúrbio de Salvador, Bahia, devido a dois problemas específicos: (1) um grupo de crianças que não se alfabetizava e (2) um pequeno número de “delinquentes”,

* Artigo recebido em 27/1/2005 e aprovado em 10/8/2005.

** Doutoranda em Filosofia da Psicanálise (Unicamp). E-mail: suely.aires@uol.com.br

crianças que, apesar de todo o aconselhamento dado pelos professores, continuavam a cometer pequenas infrações. Defrontei-me com questões “curiosas” que produziram efeitos em mim e levaram-me a produzir um trabalho sobre o tema naquela ocasião. Em 2002, iniciei um trabalho de avaliação com crianças que não conseguiam alfabetizar-se apesar dos esforços dos professores. No primeiro contato com a escola, novamente sou informada da existência de alunos infratores, com os quais os professores não conseguem lidar. Trata-se de uma escola municipal em Pedreira, interior do estado de São Paulo.

Apesar da distância geográfica e temporal, proponho-me a pensar a proximidade da problemática em jogo em ambas as situações. Tomarei a fala de uma criança baiana e o significante que se coloca em questão para dar início ao meu trabalho. Essa menina de aproximadamente nove anos dirige-se a mim e pergunta: “Você é daqui? Daqui do Brasil? Por que seu cabelo é assim? O que é isso nos seus dentes (na época eu usava aparelho ortodôntico)? O que você vai fazer com isso depois que tirar? Você me dá para eu fazer uma pulseira?” Na escola de Pedreira, freqüentemente também me perguntavam se eu era “daqui” – de fato, mantenho referências culturais diversas, seja por causa do sotaque, seja em virtude da nomeação de determinadas brincadeiras infantis, de tal modo que minha condição de não-paulista se evidencia. De qualquer modo, *estrangeira* é como tenho sido vista e é a partir desse significante – que dá título ao meu trabalho – que me proponho a refletir sobre ambas as experiências que vivenciei.

DESEJO E CONSUMO

Iniciarei tomando um questionamento feito por Lacan (1988b): “Como fica o desejo quando a aquisição de bens permanece em primeiro plano como condição de realização pessoal?” Essa será a pergunta guia de meu trabalho. No entanto, a fim de destacar de forma mais precisa a questão que me proponho a discutir, modificarei esta pergunta para: “Como fica o desejo e a constituição de uma subjetividade para crianças econômica e socialmente excluídas quando a aquisição de bens permanece em primeiro plano?”

Parto da hipótese de que o discurso social atual constitui um discurso de consumo no qual o ideal de felicidade encontra-se articulado à posse de um objeto de satisfação; ou seja, suponho que a realização e o valor

peçoal são apresentados atualmente como diretamente vinculados à posse de mercadorias. Para ilustrar essa vinculação entre desejo e objeto de consumo, tomarei três pequenos exemplos entre a imensa variedade das propagandas de televisão: (1) ao encontrar sua mulher com um amante em um posto de gasolina, um homem desce do carro indignado. Ela tenta se defender: “Não é nada disso que você está pensando.” Ele replica: “Botando gasolina nesse posto?!” (2) Um presidiário é libertado depois de longo tempo de reclusão. Esse homem é seguido pelos olhares invejosos dos companheiros de cela. Há um certo ar de triunfo, do “enfim livre”. Ao sair, esse homem depara-se com um carro novo, um novo modelo que acaba de ser lançado no mercado. Acaba a propaganda e o espectador ouve o som do vidro quebrado e do alarme do carro. A frase final: “Novo (marca do carro). Impossível ficar indiferente.” (3) Por fim, a propaganda de uma marca de celular na qual o seu possuidor hipnotiza os pais de sua namorada. O início da propaganda passa-se na sala da casa dos pais, onde esse rapaz tem de namorar sob o controle da família. Ao pegar o celular, o rapaz percebe que os pais da namorada – e ela mesma – não conseguem tirar o olho (literalmente) do aparelho. Aproveitando-se da situação – o efeito hipnótico do produto – faz com que todos aceitem, por meio de movimentos de cabeça, o que ele determina. Ele avisa que vai dormir com a namorada e todos dizem “sim” com a cabeça, acompanhando o movimento do celular (inclusive a namorada).

Poderia enumerar tantos outros exemplos de propagandas nas quais o objeto a ser consumido ou comprado ocupa o lugar central na economia desejante do sujeito, lançando para segundo plano as aspirações tradicionalmente consideradas como humanas: fidelidade, liberdade ou amor, por exemplo. Do que falam esses comerciais, senão da ligação direta, que hoje vivenciamos e veiculamos, entre valor pessoal e bens de consumo? Se o discurso social atual constitui um discurso de consumo no qual o ideal de felicidade encontra-se articulado à posse de um objeto de satisfação, como pensar a construção de um lugar de sujeito para aqueles que não têm acesso material ao objeto?

DISCURSO, LAÇO SOCIAL E SUBJETIVIDADE

Em *As palavras e as coisas* (1992), Foucault define discurso como um conjunto de procedimentos de delimitação e controle; ou seja, como uma ordem que organiza e circunscreve o campo da experiência e

do conhecimento possíveis para uma dada cultura em um momento histórico definido. Os objetos que aparecem em tal campo, a organização de mundo proposta e a série de procedimentos segundo os quais se define o que é admissível de ser enunciado por uma cultura caracterizam o *discurso admitido* dessa mesma cultura. A proposta foucaultiana de análise de um discurso implica a revelação de seus princípios de ordenamento, de modo a apreender seus limites e suas exclusões, que impõem regras àqueles que falam. Nesse sentido, as condições de formação do discurso são indissociáveis dos aspectos de ordenação, controle e sujeição.

Foucault sugere que os discursos sejam analisados como “conjuntos de acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2003, p. 57), destacando que esses discursos (1) comportam leis próprias; (2) implicam o sujeito, de acordo com o lugar ocupado no discurso, delineiam-se as funções que o sujeito poderá desempenhar consoante a esse lugar, e (3) não convergem para uma síntese qualquer, preservando sua diversidade.

A psicanálise pode ser considerada um procedimento discursivo cuja particularidade consiste em propor um questionamento sobre o modo como o discurso nos determina, pois supõe que os discursos estruturam-se em termos de relações que se dão na linguagem, por meio da qual os falantes se representam. Ou seja, não se trata unicamente de uma questão em torno da significação da mensagem, mas de uma implicação de posicionamento subjetivo, pelo qual cada sujeito é responsável ao ser convocado a responder desde uma determinada posição. Nessa concepção, o discurso não é uma leitura de mundo, uma forma de representação exterior ao sujeito, mas uma formação *linguageira* que articula o sujeito ao objeto e aos significantes entre os quais ele é representado.

Essas organizações discursivas constituem-se como modalidades de laço social, como modos de articulação entre sujeitos, mantendo uma diversidade que aponta para a singularidade da articulação entre sujeito, objeto e significantes. O interesse sobre a análise das organizações discursivas ancora-se na afirmação, apresentada no início deste artigo, de que não há subjetividade que se estruture fora do laço social, pois esta última carrega as marcas da cultura na qual é banhada. Nesse sentido, o laço social diz respeito à maneira de o sujeito ser marcado e situado em função da linguagem que o atravessa e permite que ele se constitua.

O significante como tal não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer, a um modo de funcionamento, a uma utilização

da linguagem como laço. Ainda temos que precisar nessa ocasião o que quer dizer laço. O laço – não podemos fazer outra coisa senão passar imediatamente a isto – é um laço entre aqueles que falam. (LACAN, 1985, p. 43)

Os efeitos de discurso produzem-se sobre cada sujeito, funcionando como uma estrutura social de troca simbólica entre aqueles que falam – não esqueçamos que não se trata de um único discurso, mas de uma pluralidade de lugares que se organizam em combinatórias marcadas pela ordem significante – e que marca a particularidade da posição de cada sujeito no laço social.

Tomando o referencial da psicanálise, podemos propor um questionamento sobre o modo como o discurso nos determina – não como uma significação veiculada por uma dada mensagem, mas como implicação de posicionamento subjetivo – na condição de pensar a subjetividade como sendo articulada pelo laço social e, ao mesmo tempo, articulando-o; os discursos não sendo senão o fato dessa dupla articulação. Nessa perspectiva, cada subjetividade que se organiza no laço social sofre os efeitos dos desdobramentos discursivos do Outro e responde às convocações sociais de modo particular.

OBJETOS E MERCADORIAS

O que me proponho aqui discutir é o modo como o discurso social atual implica um laço entre os falantes, cujo elemento mediador é o objeto de consumo, produzindo uma divisão particular entre, por um lado, aqueles que têm acesso ao objeto e, por outro, aqueles que estão à margem desse modo de organização.

A questão gira em torno do que se constitui como objeto para cada sujeito particular tomado nessa montagem social, pois se o objeto de consumo não é apresentado apenas como um objeto do qual se usufrui, mas como único objeto capaz de satisfazer o sujeito, uma mercadoria produzida para atender ao sonho de completude imaginária, a própria condição de *ser* fica vinculada à posse do objeto. Dito de modo mais claro: espera-se que os objetos de consumo constituam sujeitos, já que a própria relação com a mercadoria toma o lugar privilegiado de *condição para ser sujeito* no discurso social atual. Sem acesso ao objeto, os excluídos da sociedade de consumo dificilmente têm sua subjetividade

reconhecida, pelo menos no que atualmente tem se constituído como condição de ser. Não é à toa que a delinquência apresenta-se como um sintoma social contemporâneo, pois “o que caracteriza a delinquência é que o acesso ao objeto é organizado não pelo símbolo, que é o quinhão comum de todos os neuróticos, mas pela apreensão, pelo rapto, pela violação” (MELMAN, 1992a, p. 42).

Dizer que o acesso ao objeto se dá por meio do símbolo é apontar a dimensão de troca simbólica presente em qualquer relação social, na qual, mais do que o valor de uso ou material do objeto, coloca-se seu valor em um sistema de trocas. É justamente porque as estruturas sociais organizam-se como estruturas de troca que os falantes organizam-se em rede, formando um laço social no qual se pode gozar do objeto – gozo este normatizado socialmente, tendo sua legalidade referida ao discurso social. Como nos lembra Melman (1992a), em nossa cultura de tradição judaico-cristã, a relação com o objeto é triangular, não meramente dual, por referir-se sistematicamente a uma instância terceira, a qual introduz um fato de regulação e de temperança. Desse modo, se é compelido a dividir o gozo em duas partes, uma das quais é sacrificada a esta instância terceira – de tal modo que estamos sempre diante de uma subtração de gozo, subtração cedida à instância terceira – e outra que pode ser usufruída pelo sujeito, sempre parcial e incompleta. O que me parece possível sustentar é que a inclinação do discurso social atual impele a um gozo sem limite, por meio do acesso ao objeto como materialidade, fora da circulação social de troca. Nos dias atuais, o caráter simbólico da troca encontra-se, de certa forma, anulado em prol da materialidade do objeto.

Ao supor que o objeto tem valor *per se*, a relação entre sujeito e objeto sai de uma lógica simbólica de troca social, lógica ternária, e se reduz a uma relação dual de constituição do sujeito pela posse do objeto. Tal posicionamento implica a recusa a pagar o preço pelo acesso ao objeto ou a suposição imaginária de que o preço pago pela mercadoria corresponde ao preço do gozo pleno. Em uma lógica capitalista de consumo, o objeto é fundante do valor subjetivo de cada um pelo seu caráter de mercadoria, por sua relação com o gozo da posse.

Ora, se o valor do sujeito depende da posse do objeto/mercadoria, qualquer ato de apreensão do objeto pode ser justificado – seja a delinquência, a toxicomania ou o consumo compulsivo – como meio de aceder à condição de sujeito. No entanto, o gozo obtido por meio da

posse do objeto logo se desfaz, e é necessário que um outro objeto coloque-se, antes que o sujeito não mais seja reconhecido como tal. Nessa perspectiva, podemos entender por que um adolescente mata outro para obter um par de tênis de marca. Só na apropriação de um objeto de valor – tênis importado de uma marca famosa – é que este sujeito terá o seu valor reconhecido, já que seu valor é dado por aquilo que ele possui.

Se o consumidor não pode parar de consumir sob o risco de desaparecer como sujeito, pois a única garantia de sua existência e felicidade é o objeto, como situar os excluídos do consumo?

CONSUMO E RECONHECIMENTO SOCIAL

Voltemos às queixas das escolas nas quais trabalhei: de um lado, crianças que fracassam na aprendizagem e, de outro, alunos que cometem pequenos atos de delinquência – trata-se de uma minoria na escola, mas nem por isso deixa de ser um número significativo. Início meu trabalho por meio de entrevistas com essas crianças e deparo-me com estranhas “coincidências”: apenas duas das crianças entrevistadas – num total de aproximadamente 150 (estou aqui somando a experiência nas duas escolas) – sabiam a data do próprio aniversário. Algumas ignoravam-na completamente; outras davam respostas curiosas: “Tá lá no registro”, “O pessoal da secretaria sabe”, “Minha mãe tem o papel guardado, eu é que não sei.” O que isso nos diz? Segundo Jerusalinsky (1990), caso queiramos saber o sintoma social de uma época, basta olharmos para as crianças. Então, o que vemos aí?

Vemos crianças que desconhecem sua condição de unicidade, que não sabem a idade que têm, a data de aniversário ou sequer sua posição na família. Crianças que sabem copiar, mas não conseguem ler ou escrever. Que sabem contar cenas que viram na televisão, mas que não sabem no que o pai trabalha. Estas são as que fracassam no aprendizado. De outro lado, vemos os “delinquentes”, sem dificuldades para aprender, “inteligentes”, mas que não obedecem às leis da escola. Estranha oposição.

Insiste a questão inicial: como fica o desejo para essa parcela da população – e não esqueçam que estamos falando de crianças – que não tem acesso ao objeto de consumo? Como imaginar um lugar para si nesse mundo ou, ainda mais seriamente, como reconhecer ou constituir um valor de sujeito sem se apoiar na posse de um bem qualquer? Como

não dividir o mundo entre os que têm e os que não têm o objeto? Ecoa a frase de um aluno: “Se meu pai fosse bom, me dava dinheiro.” Ou a fala de uma outra criança que trabalha no lixão, junto com o pai: “Encontrei três (!!!), três *power rangers* num saco só. E não tavam quebrados, não. Um tava sem o braço, o outro, a cabeça soltava, mas eu achei um braço em outro saco de lixo e coleí a cabeça. Jogaram fora... Isso é coisa de gente rica.” Aí uma primeira oposição se faz: a “gente rica” são os outros, aqueles que podem desperdiçar o que ele só obtém por catar lixo – objetos caros/raros. E, apesar do fracasso escolar, de não conseguir ler, mesmo sabendo copiar muito bem, ele diz com orgulho que no lixão não é preciso saber ler: o pai dele não sabe, os colegas do pai também não e “para pegar o ônibus certo, só precisa olhar a cor.”¹

Se a subjetividade organiza-se no laço social e encontramos-nos freqüentemente diante de uma inclinação discursiva que privilegia a posse do objeto como valor do sujeito, deparamo-nos com uma dificuldade subjetivante para aqueles que não estão incluídos nessa vertente do discurso atual. A questão pode tomar a forma já antecipada neste artigo: como se sustentar subjetivamente quando se é excluído? Não se trata de um beco sem saída, pois há uma liberdade relativa de cada sujeito em sua inserção simbólica – não podemos pensar a subjetivação como determinada (no sentido estrito) pelo discurso social; há aí o filtro do discurso parental e a “escolha” do sujeito. No entanto, ao que parece, essa formação discursiva tem possibilitado de forma freqüente duas saídas: (1) a desistência da luta pelo reconhecimento próprio, já que não se tem o objeto, e (2) a subtração do objeto, a delinquência. Encontramo-nos, então, diante dos sintomas com os quais a escola não consegue lidar. Cabe ressaltar que, em qualquer uma das duas saídas, o sujeito abriu mão de sua condição propriamente subjetiva, ficando *subsumido*, à mercê do objeto.

SUBJETIVIDADE E NOME DO PAI

Parece-me evidente que uma possibilidade de sustentação subjetiva põe em causa a função do nome do pai, pois, como nos lembra Freud, o Édipo é constituinte do desejo humano, colocando cada sujeito particular em uma posição de ambivalência ao pai, mistura de amor e ódio que acompanha as relações com qualquer figura de autoridade e que organiza

a relação com o sexo e a morte. Lacan toma o complexo de Édipo, caro à teoria freudiana, e apresenta-o em seu caráter de *função*, como articulador entre desejo e lei, suporte simbólico que visa constituir uma distância, uma hiância, entre os sujeitos capturados em uma relação imaginária conflituosa e incestuosa.

Não é demais dizer – é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebotar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai. (LACAN, 1988a, p. 114)

Sem a intermediação do nome do pai, o sujeito não se constitui, pois só se pode considerar a existência de uma subjetividade na medida em que se dá a ver um sujeito capaz de se servir do significante, não para significar algo, mas “para enganar” (LACAN, 1998a, p. 213), para construir uma relação entre aquele que fala e aquele que o escuta, relação que não visa à comunicação, mas à constituição de uma posição de desejo. Para Lacan, o complexo de Édipo nada mais é do que a introdução do significante, por meio do qual há a possibilidade de o sujeito manejar a cadeia significante, sem fins significativos. No entanto, é necessário que o sujeito conquiste a ordem significante, que a adquira, que seja colocado e coloque-se em uma relação de implicação que afete o seu ser.

É a partir do discurso sobre o pai, como função, que o sujeito pode vir a sustentar um lugar de reconhecimento simbólico para si, no qual possa valer-se de uma filiação que o limita por lhe dar um lugar. É justamente por ter uma estrutura simbólica que o sustenta que um sujeito pode vir a produzir atos reais que o incluam no circuito de troca social. Na falta de uma estrutura social simbólica, caso a estrutura torne-se real, são as condutas individuais que se tornam simbólicas (MELMAN, 1992a). Aí se inscreve a delinquência, e aí proponho inscrever um certo tipo de fracasso escolar, pois julgo que ambas as condutas visam simbolizar algo, são atos fracassados de produção de sujeito.

Como nos lembra Melman, a falta do nome do pai pode ter razões e circunstâncias muito diversas.

Podem simplesmente ser de origem neurótica e ligadas à opinião preconcebida do sujeito, ou seja, a uma recusa de sua parte em inscrever-se na linguagem das gerações. Podem também estar ligadas

ao que se passaria ao nível dos pais, quer do fato de uma recusa paterna, quer de um obstáculo colocado pela mãe. [...] As razões podem estar mais corriqueiramente ligadas à estrutura familiar, em particular quando se trata de uma criança adotada. [...] As razões podem também ser de ordem social, quando o pai real, o pai presente na família, é demasiadamente desprovido, desmuniado, em falta com relação à referência fálica para poder funcionar como aquele que seria capaz de introduzir seu produto na cadeia simbólica. Além disso, pode haver razões culturais: o fato de pertencer por razões históricas ou geográficas a uma cultura diferente daquela do meio social no qual se vive. (MELMAN, 1992a, p. 45-46)

Chamo a atenção para dois aspectos do argumento de Melman: (1) o desprovemento paterno em relação à referência fálica e (2) as razões culturais que apontam para uma diferença em relação ao meio social no qual se vive. Esses aspectos marcam a dificuldade de inserção do sujeito em uma ordem simbólica, pois, por um lado, ele é desprovido do referencial paterno e, por outro, não tem seu meio social de origem como referência, sendo, ao mesmo tempo, recusado pela nova cultura. Ora, não é isso o que vemos acontecer com as crianças excluídas de um discurso de consumo que coloca a condição de realização pessoal vinculada à posse do objeto? O significante “estrangeiro” parece-me útil para pensar a condição dessas crianças por aproximar, nesse caso específico, a exclusão social em relação a uma cultura *de consumo* e a desvalorização paterna. Ainda ecoa a frase do aluno: “Se meu pai fosse bom, me dava dinheiro.”

ESTRANGEIROS

Ao abordar a subjetividade dos imigrantes, Melman (1992b) retoma a necessidade de se pensar a função paterna.

Como sabemos, a questão com a qual se depara a histórica é justamente a de não encontrar no Outro o lugar que seria próprio para conter seu sujeito. Ou seja, a questão da histórica é a questão de todos os sujeitos. Mas, como já evoquei em outra ocasião, a função paterna é a de isolar no Outro um lugar – que Freud assinalou muito bem como sendo o do pai morto, o famoso pai de *Totem e Tabu* – onde o sujeito teria que vir, onde encontraria seu abrigo, sua casa. Ou seja, o que se chama

recalcamento originário seria a operação pela qual se escavaria no Outro um lugar que constituiria então um abrigo para o sujeito. (MELMAN, 1992b, p. 24)

Para Melman, os emigrados colocam a questão de uma dívida para com o pai morto e apresentam respostas diversas, desde um nacionalismo exacerbado em relação ao país de origem a um pedido de aceitação por parte do Outro que não considera qualquer limite.

Quando nos encontramos em posição de emigrados, a realidade apresenta uma qualidade absolutamente particular, ou seja, de ser sustentada por um desejo pelo qual, enquanto emigrados, não pagamos. Ao mesmo tempo, o desejo que sustenta essa realidade parece estrangeiro e a própria realidade toma um caráter superegótico, pois vem de certa forma lembrar ao emigrado que ele não pagou o preço que era necessário, já que não se pode incluir nessa realidade como se fosse parte constituinte ou mesmo participante dela. (MELMAN, 1992b, p. 26)

O pai, para o emigrado, apresenta-se como uma figura equívoca por ser tanto seu pai de origem quanto o novo pai da realidade na qual tenta se incluir e permanece em seu caráter de estrangeiridade, de modo que o pai da realidade pode estar separado do pai simbólico. Isso implica uma duplicação da impossibilidade de se colocar em ordem com a questão paterna, a imensa dificuldade de constituir um lugar de sujeito para si no campo do Outro, já que os imperativos paternos podem ser conflitivos. A ambigüidade organizar-se-ia em relação ao lugar de abrigo para o sujeito, a quem deve pagar a dívida constitutiva de seu ser.

A questão à qual meu trabalho concerne é que no Brasil não é necessário pensar em imigrantes vindos de outro país. Em um discurso social como o nosso, na condição de miséria em que vive parte de nossa população, a exclusão – ou mantendo o significativo –, a *estrangeiridade* de nossas crianças manifesta-se *dentro* da cultura. Dito de modo mais claro, a conjunção entre, por um lado, uma inclinação discursiva na qual a posse do objeto coloca-se como meta última de realização pessoal e, por outro, a falta de condições econômicas de exercer o consumo faz com que os sujeitos que estão submetidos a essa dupla condição necessitem criar novas soluções, seja para o consumo, seja para a constituição de uma subjetividade.

Na divisão social entre os que têm e os que não têm acesso ao gozo do consumo, os alunos colocam-se em sua condição de não-participação. Daí um deles poder dizer de forma tão tranqüila: “Isso é coisa de gente rica.” Para dizer isso, ele já se posicionou do outro lado, do lado da “gente pobre”. Mas outros podem dizer de modo diverso: “Quando crescer, quero ser advogado, porque se algum amigo meu for para a prisão, eu tiro ele de lá.” Acho que não preciso dizer que essa criança não fracassa na escola; pelo contrário, aprende muito rápido. Essa criança sabe sua data de aniversário e o que quer ser quando crescer. O problema é que, nesse jogo, ela tomou o partido de quem furta, de quem se apossa à força do objeto que não lhe é permitido comprar.

Estrangeiros, excluídos... Essa minoria desadaptada às propostas escolares denuncia o sintoma social atual em seu achatamento, apagamento, aniquilamento do sujeito em prol do gozo de consumo. Cabe a nós, a cada um de nós, posicionar-se e, quem sabe, produzir discursos diferenciados.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between certain school symptoms and the present discursive organization, which posits consumption as a determining factor for self-fulfillment. More specifically, failure at school and delinquency – recurring complaints in schools where the underprivileged study – will be treated. To analyze these facts Lacanian psychoanalytic theory will be used.

Key words: psychoanalysis; education; failure at school; delinquency; subjectivity.

NOTA

1. Essa criança aprendeu a ler “para não se enganar tanto na hora de pegar o ônibus”. Ele *quis* ler, “mesmo não precisando disso no lixão”, para poder visitar uma irmã de quem gostava muito e que trabalhava e morava em um bairro distante. Ele, mesmo tendo apenas 9 anos, organizava sua vida em torno da possibilidade de um trabalho, oferecido pela patroa da irmã.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JERUSALINSKY, A. *A criança entre o suicídio e o totalitarismo*. Conferência pronunciada na Associação Freudiana da Bahia em agosto/1990. Inédito.

LACAN, J. *Seminário 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988a.

_____. *Seminário 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b.

_____. *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *Seminário 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MELMAN, Ch. *Alcoolismo, delinquência e toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 1992a.

_____. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992b.